O Brasil de Agora e o Brasil de Outrora

Ensaio para o 7 de Setembro de 2026

O Brasil de agora, quando observado com atenção e alguma memória histórica, parece carregar dentro de si muito do Brasil de outrora. Mudaram os tempos, os personagens, as palavras de ordem e os instrumentos de poder, mas certas fragilidades nacionais permanecem como feridas que nunca cicatrizaram por completo. Ao longo de nossa história, atravessamos períodos de crescimento, entusiasmo e esperança, sempre acompanhados, cedo ou tarde, por crises institucionais, disputas entre os Poderes, instabilidade política e uma inquietante dificuldade de consolidar uma cultura verdadeiramente republicana, na qual a lei esteja acima dos homens e as instituições sejam mais fortes do que aqueles que transitoriamente as ocupam.

Esse é, talvez, um dos aspectos mais dolorosos do Brasil contemporâneo: a sensação de que o País avançou materialmente muito mais do que amadureceu institucionalmente. Construímos cidades, ampliamos nossa infraestrutura, desenvolvemos uma das maiores economias do mundo, tornamo-nos referência em inúmeras áreas e reafirmamos, ao longo das décadas, o extraordinário potencial de uma Nação privilegiada por suas dimensões, por seus recursos naturais, por sua diversidade e pela capacidade de trabalho de seu povo. Contudo, a par desse crescimento, não conseguimos afastar por inteiro os velhos vícios que nos acompanham desde a formação do Estado brasileiro — o personalismo, o patrimonialismo, a confusão entre o público e o privado, a apropriação das instituições por interesses circunstanciais e a permanente tentação de fazer do poder não um instrumento de serviço, mas uma extensão da própria vontade.

É exatamente por isso que o 7 de Setembro deveria nos provocar muito mais reflexão do que euforia. A independência de uma Nação não se resume à ruptura formal de vínculos políticos com outro Estado, nem se esgota em símbolos, solenidades ou discursos

patrióticos. A verdadeira independência só se consolida quando um País consegue assegurar aos seus cidadãos estabilidade institucional, respeito às liberdades, segurança jurídica, previsibilidade das decisões, equilíbrio entre os Poderes e a confiança de que a Constituição representa um pacto real, permanente e comum — e não um texto cuja força varia conforme as conveniências de cada momento histórico.

Quando esse equilíbrio começa a se deteriorar, a crise deixa de ser apenas política e atinge a própria percepção de legitimidade das instituições. O cidadão comum, que deveria enxergar no Estado um sistema de proteção de seus direitos, passa a observá-lo com desconfiança. As decisões deixam de representar segurança e produzem perplexidade; as competências constitucionais, que deveriam ser nitidamente delimitadas, parecem confundir-se; os Poderes, que deveriam conviver em harmonia e independência, avançam sobre espaços alheios; e aquilo que deveria ser excepcional é, pouco a pouco, tratado como normal. O problema maior não reside em um ato, uma decisão ou uma circunstância isolada, mas na erosão silenciosa da previsibilidade — pois é a previsibilidade que permite ao cidadão acreditar que existe uma ordem jurídica superior às vontades individuais.

Uma Constituição só é verdadeiramente forte quando também limita aqueles que possuem força. Não há mérito em defender garantias quando favorecem os nossos aliados e relativizá-las quando beneficiam os nossos adversários. A democracia começa a perder sua substância quando os princípios passam a ser interpretados segundo a conveniência das circunstâncias, porque a liberdade, a legalidade, o devido processo, a segurança jurídica e os limites do poder não podem ter preferência ideológica. Uma garantia que só vale para alguns não é garantia; uma lei que se molda ao destinatário deixa de ser lei em sua essência; e uma República na qual cada Poder pretende ampliar continuamente a própria esfera de influência corre o risco de

substituir o equilíbrio institucional por uma disputa permanente de protagonismo.

O maior drama do Brasil de agora talvez esteja justamente nessa perda gradual da confiança. Não é preciso que as instituições desapareçam formalmente para que a democracia adoeça, porque a corrosão institucional costuma ser bem mais sutil. Ela começa quando a excepcionalidade se banaliza, quando a autoridade confunde legitimidade com ausência de limites, quando a sociedade passa a tolerar certos excessos porque concorda momentaneamente com seus resultados, e quando a paixão política se sobrepõe à razão jurídica. Nesse ambiente, os princípios deixam de ser vistos como referências universais e passam a servir de armas de ocasião — invocados com veemência quando interessam, esquecidos quando incomodam.

O perigo dessa lógica é evidente: todo poder que hoje serve aos nossos interesses poderá amanhã ser exercido contra eles. É por isso que as grandes democracias foram construídas sobre a ideia de limites, e não sobre a glorificação da força. O poder público não existe para realizar qualquer vontade possível, mas apenas aquilo que a ordem jurídica lhe permite. A grandeza de uma autoridade não se mede pelo quanto ela consegue avançar, mas pelo quanto sabe conter-se. A maturidade institucional está muito menos na capacidade de exercer competências do que na sabedoria de reconhecer os próprios limites.

Enquanto essas disputas se desenrolam, há um outro Brasil, menos ruidoso e muito mais real, que continua vivendo à margem dos grandes embates institucionais. É o Brasil de quem acorda cedo para trabalhar, paga impostos, enfrenta filas, suporta a burocracia, convive com a insegurança, administra as dificuldades da própria família e tenta manter alguma esperança, apesar da permanente sensação de que as prioridades do Estado raramente coincidem com as prioridades de sua vida. É o Brasil do pequeno empresário, do trabalhador, do agricultor, do professor, do médico, do comerciante, do profissional liberal, do policial, do estudante, da mãe que sustenta sua casa e de

milhões de pessoas anônimas que jamais frequentarão os grandes salões do poder, mas que sustentam a Nação, todos os dias, com o seu esforço.

É nesse ponto que a contradição brasileira se torna ainda mais aguda, porque somos um País extraordinariamente rico em recursos e potencialidades, mas com frequência empobrecido pela maneira como usamos nossa riqueza institucional e moral. Temos água, terras férteis, energia, minerais, biodiversidade, produção agrícola, capacidade industrial e um povo que aprendeu historicamente a resistir às maiores dificuldades; e, no entanto, continuamos incapazes de converter plenamente essas riquezas em prosperidade coletiva, estabilidade e confiança. O que nos falta, muitas vezes, não está no solo, mas na cultura pública; não está na natureza, mas no comportamento; não está na ausência de recursos, mas na dificuldade de construir uma ética capaz de sobreviver ao encontro com o poder.

A corrupção, nesse sentido, é mais do que o desvio de dinheiro público: é a deterioração de uma ideia de comunidade. Sempre que alguém usa uma função pública para beneficiar interesses próprios ou de terceiros, o que se perde não é apenas patrimônio financeiro, mas confiança social. Sempre que uma instituição é instrumentalizada, sempre que uma decisão é percebida como fruto de conveniência, sempre que o interesse coletivo é colocado abaixo de agendas particulares, um pouco da República se esvai. A verdadeira pobreza de uma Nação começa quando o seu povo deixa de acreditar que agir corretamente ainda vale a pena.

Talvez seja esse o ponto em que o Brasil de outrora mais se aproxima do Brasil de agora. Continuamos presos à busca por figuras providenciais, por homens capazes de resolver sozinhos problemas que são, na essência, institucionais, culturais e históricos. Alternamos esperanças, projetamos expectativas em governos, partidos, autoridades e lideranças, imaginando que uma troca de pessoas bastará para transformar aquilo que depende de uma mudança muito mais profunda de consciência coletiva. Nenhuma sociedade, porém, se

torna madura apenas pela substituição de quem ocupa o poder: é preciso mudar a relação que mantemos com o próprio poder.

O Brasil não precisa de salvadores, porque salvadores políticos costumam tornar-se maiores do que as instituições que deveriam respeitar. O País precisa de servidores públicos no sentido mais elevado da expressão: pessoas capazes de compreender que exercer autoridade é receber, por tempo determinado, uma responsabilidade, e jamais adquirir a propriedade do Estado. Presidentes passam, ministros passam, parlamentares passam, magistrados passam, governadores passam, ideologias passam, gerações inteiras passam — e a Nação permanece. É essa consciência da transitoriedade que deveria produzir humildade em quem governa, legisla ou julga.

O verdadeiro patriotismo nasce dessa compreensão. Amar o Brasil não é defender governos, partidos, grupos ou autoridades, mas desejar que a Nação seja forte o bastante para sobreviver a todos eles. Patriotismo não é aplaudir o poder; é exigir que ele seja limitado. Não é proteger quem pensa como nós; é defender regras que também protegerão quem pensa de modo diferente. Não é transformar divergências em inimizades; é reconhecer que uma República só permanece viva quando admite o dissenso, preserva a pluralidade e impede que qualquer grupo se julgue proprietário da verdade.

Permitimos que o debate público se tornasse pobre justamente porque abandonamos essa dimensão mais elevada da vida nacional. Dividimos o Brasil em campos, rótulos e trincheiras, como se a Pátria pudesse reduzir-se à lógica simplória de vencedores e vencidos. Mas uma Nação não é um campeonato político. Quando metade do País precisa ser derrotada para que a outra metade se sinta vencedora, todos já perderam alguma coisa. Uma sociedade que se alimenta permanentemente da hostilidade contra si mesma acaba por enfraquecer-se, porque nenhuma construção coletiva sobrevive quando o inimigo está sempre dentro de casa.

Por isso, o 7 de Setembro de 2026 não é uma data que permita apenas comemorar: é uma data que exige perguntar. O que fizemos da

independência que herdamos? Construímos uma República verdadeiramente madura? Transformamos a Constituição em um pacto acima das circunstâncias, ou ainda deixamos que os interesses do momento ditem seus limites? Criamos instituições independentes, ou apenas centros sucessivos de poder? Fizemos do povo o verdadeiro destinatário do Estado, ou o relegamos ao papel de espectador de disputas que quase nunca resolvem seus problemas mais elementares?

A resposta talvez seja desconfortável, mas o patriotismo verdadeiro não teme o desconforto da verdade. Amar um País é também enxergar suas falhas. A crítica não diminui a Pátria; ao contrário, pode ser uma de suas formas mais legítimas de defesa. O que enfraquece uma Nação não é reconhecer os seus problemas, mas acostumar-se com eles. O maior perigo não está na crise que percebemos, mas na normalização daquilo que jamais deveria ser normal.

O Brasil continua sendo uma Nação extraordinária, e é talvez isso que torne nossas frustrações tão intensas. Sabemos, por intuição, que poderíamos ser muito mais. Sabemos que nossos recursos, nosso território, nosso povo e nossa história permitiriam construir uma sociedade mais justa, estável, próspera e respeitosa. E sabemos, igualmente, que nenhum destino de grandeza é automático — que as Nações só se tornam grandes quando seus cidadãos, suas instituições e suas autoridades compreendem que o interesse coletivo precisa sobreviver aos interesses de ocasião.

O Brasil de agora carrega o Brasil de outrora porque ainda não concluímos algumas das tarefas fundamentais de nossa própria história. A independência política foi proclamada em 1822, mas a independência moral, institucional e republicana precisa ser conquistada todos os dias. Precisamos libertar-nos da corrupção, do personalismo, do fanatismo político, da manipulação, do culto ao poder, da intolerância e da crença de que a lei pode ser flexível sempre que sirva aos nossos interesses.

É isso que devemos lembrar neste 7 de Setembro. A Pátria não pertence a um governo, a um tribunal, a um Parlamento, a um partido, a uma ideologia ou a uma geração. Ela pertence ao tempo, à memória de quem veio antes e à esperança de quem ainda virá. Somos apenas depositários temporários de algo muito maior do que nós mesmos, e um dia seremos julgados não só pelo que construímos, mas também pelo que permitimos destruir.

Por isso, quando perguntamos o que há para comemorar neste 7 de Setembro, a resposta talvez não esteja apenas no passado heroico que aprendemos nos livros, mas na responsabilidade que o presente nos impõe. Ainda há um País imenso a preservar, uma Constituição a respeitar, instituições a fortalecer, liberdades a defender e uma ideia de Brasil a reconstruir.

O Brasil de outrora ainda vive dentro do Brasil de agora, mas o Brasil de amanhã ainda não está escrito. Ele dependerá, inevitavelmente, daquilo que formos capazes de compreender, defender e transformar hoje.

E essa talvez seja, afinal, a mais profunda forma de patriotismo: recusar-se a desistir da própria Pátria.

Renato Gonçalves da Silva
7 de Setembro de 2026

© 2026 Renato Gonçalves da Silva. Todos os direitos reservados.